



ATA

2ª Reunião da Comissão de Cogestão do Parque Natural de Montesinho

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Município de Bragança, pelas 15 horas, deu-se início aos trabalhos da segunda reunião da Comissão de Cogestão (CC) do Parque Natural de Montesinho (PNM) -----

Presenças -----

Estiveram representadas as seguintes individualidades e entidades constituintes da Comissão de Cogestão, conforme comprova o registo da lista de presenças que constitui anexo à presente ata:---

- Hernâni Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança, que presidiu; -----
- Sandra Sarmiento, Diretora Regional do Norte do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; -----
- Francisco Ribeiro, Delegado das Terras de Trás-os-Montes da DRAPN - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----
- Orlando Rodrigues, Presidente do IPB - Instituto Politécnico de Bragança; -----
- Sara Pinto, Segunda Vogal da AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, em representação da CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; -----
- João Cameira, Presidente da Direção da Azimute – Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente; -----
- Abel Pereira, Presidente da Direção da Arborea – Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana. -----

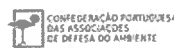
Estiveram ainda presentes: -----

- Isabel Freitas, Chefe de Divisão da Cogestão das Áreas Protegidas do Norte do ICNF; -----
- Telmo Afonso, Técnico Superior do ICNF; -----
- Alexandre Chaves, Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Bragança; -----
- Márcia Moreno, Técnica Superior da Câmara Municipal de Bragança e Técnica do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho. -----

Não compareceu: -----

- Representante da Câmara Municipal de Vinhais. -----

Ordem de trabalhos -----



Com o apoio:





1. Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022; -----
 - a. Aprovação da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão; -----
 - b. Discussão e aprovação dos compromissos estratégicos – eixos e domínios – da Comissão de Cogestão; -----
 - c. Aprovação da Missão e da Visão do Modelo de Cogestão do PNM; -----
 - d. Aprovação do Grupo de Trabalho e temáticas de participação pública; -----
 - e. Apresentação do Plano de Ação, calendarização das ações e estimativa orçamental; -----
 - f. Apresentação e aprovação dos indicadores de realização; -----
2. Comunicação externa do projeto (evento de apresentação pública e materiais de informação/divulgação); -----
 3. Outros assuntos. -----

Confirmadas as presenças e ausências dos membros da CC convocados, o Presidente da Comissão de Cogestão, Hernâni Dias, deu início à reunião agradecendo a presença de todos, passando a apresentar a ordem de trabalhos, recorrendo a uma apresentação powerpoint, previamente preparada para acompanhar todos os pontos da reunião. -----

Ponto 1. Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022; -----

O Presidente da Comissão de Cogestão iniciou a sua intervenção por dar nota de que o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 fora enviado aquando da Convocatória, permitindo a leitura e análise prévia pelos membros da CC, acrescentando que esta reunião tem como objetivos a discussão e recolha de contributos para o plano, com vista à sua aprovação. Referiu, ainda, que as alíneas que se seguem no ponto 1 da ordem de trabalhos integram o referido Plano de Atividades, pelo que a sua aprovação individualizada vai contribuir para a aprovação global do Plano. Neste seguimento, apresentam-se, de seguida, as deliberações tomadas relativamente às alíneas do ponto 1 da ordem de trabalhos: -----

- a. Aprovação da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão; -----

Foi comunicada e aprovada a estrutura de apoio constituída por um técnico de cada entidade da Comissão. -----

- b. Discussão e aprovação dos compromissos estratégicos – eixos e domínios – da Comissão de Cogestão; -----

Foram apresentados os compromissos estratégicos da Comissão de Cogestão, determinados por seis eixos temáticos e definidos pelos respetivos domínios de atuação. Neste ponto, Sara Pinto pediu a palavra para propor a alteração da denominação de “capital natural” para “património natural”, no primeiro domínio do eixo 1, assim como a alteração da redação do segundo domínio do mesmo eixo para “Promoção de boas práticas conducentes a uma utilização racional e equilibrada dos recursos naturais”. Ambas as sugestões foram aceites pelos restantes membros da CC. -----

[Handwritten signature]



Com o apoio:
FUNDO AMBIENTAL



c. Aprovação da Missão e da Visão do Modelo de Cogestão do PNM; -----

Foi apresentada a Missão e a Visão do Modelo de Cogestão do PNM e, após um momento de discussão e reflexão, as redações apresentadas foram aprovadas por unanimidade. -----

d. Aprovação do Grupo de Trabalho e temáticas de participação pública; -----

Neste ponto abordou-se a representatividade do grupo de trabalho e respetivas áreas temáticas das ações de participação pública. Segundo Sandra Sarmento, o grupo de trabalho é constituído pelos membros da Estrutura de Apoio e será responsável pela operacionalização técnica do projeto e acompanhamento das ações de participação públicas previstas. Todos os membros da Comissão aprovaram os elementos representantes do grupo de trabalho, bem como os nomes atribuídos às temáticas das sessões para as quais serão convidados os principais atores locais. -----

e. Apresentação do Plano de Ação, calendarização das ações e estimativa orçamental; -----

Seguiu-se a apresentação do plano de ação, constituído por três tipologias de atividades, nomeadamente, ações preparatórias, ações transversais ou contínuas e ações integradas. -----

- Relativamente à ação integrada A3.1 – Sessões públicas de apresentação do Modelo de Cogestão, foi deliberado que a primeira sessão irá realizar-se em Vinhais, no Centro Cultural, no dia onze de abril, pelas quinze horas, e a mesma sessão será replicada em Bragança, no Auditório Paulo Quintela, no dia vinte e dois de abril pelas nove horas e trinta minutos. -----

- Relativamente à ação A3.2 – Sessões participativas, vão realizar-se em duas fases distintas. A primeira fase vai acontecer nos meses de maio e junho e a segunda fase no mês de setembro. Em cada fase vão realizar-se três ações por município no âmbito das temáticas aprovadas na alínea anterior. Particularizando as entrevistas, o Presidente da Comissão propôs alguns nomes de potenciais entrevistados, todavia, acrescentou que vai ser enviado um email a solicitar a cada membro da CC uma proposta de individualidades a entrevistar em várias áreas. -----

- Hernâni Dias deu seguimento à reunião, passando para a análise da atividade seguinte, A3.4 – Reuniões com atores locais. Neste ponto, a Técnica de Cogestão ficou de apresentar uma proposta de metodologia das referidas reuniões, a pedido de Orlando Rodrigues, para melhor se selecionarem as entidades representativas de diferentes setores de atividade, clarificando e diversificando a amostra. À semelhança da atividade anterior, também nesta ação o Presidente da CC informou que vai ser enviado email a solicitar a colaboração dos membros da Comissão. -----

- Relativamente à ação A3.5 – Consulta pública de proposta de Plano de Cogestão, foi proposto que a Consulta decorra entre dois e vinte e nove de novembro, sendo este período precedido de aviso publicado com uma antecedência de cinco dias, por edital municipal e nos sítios da internet das entidades representadas na Comissão de Cogestão. -----

- Seguiu-se a apresentação da última ação integrada, nomeadamente a A3.6 – Aprovação do Plano de Cogestão e proposta de financiamento, tendo sido referido que este Plano terá que ser tornado público até 13 de janeiro de 2023, o que significa que a Comissão de Cogestão deverá deliberar a sua aprovação na reunião de dezembro de 2022, sendo necessário, posteriormente, um parecer do Conselho Estratégico sobre o referido Plano antes da sua publicitação. -----



- Relativamente à calendarização das ações de participação pública, à exceção das sessões de apresentação, foi proposto por Orlando Rodrigues que fossem antecipadas, pedido igualmente assentido por outros membros da Comissão, tendo, neste sentido, ficado estabelecido a Técnica de Cogestão alterar o cronograma, antecipando algumas ações por forma a agilizar o tratamento dos dados e inserção destes resultados no Plano de Cogestão, antes da consulta pública. -----

- Seguiu-se a apresentação da estimativa orçamental, tendo por base o limite máximo de cem mil euros financiado pelo Fundo Ambiental, repartido pelos anos 2022, 2023 e 2024, com a demonstração física e financeira das atividades realizadas. -----

f. Apresentação e aprovação dos indicadores de realização; -----

De seguida foi solicitada uma discussão em torno dos indicadores mínimos obrigatórios de realização, tendo sido esclarecidas dúvidas relativas a indicadores específicos e tendo sido referido por Sandra Sarmento que apesar de aconselhar manter, apenas, os indicadores mínimos decretados em Portaria, não acrescentando mais compromissos para a Comissão, aceita a proposta apresentada pelo Presidente da CC. Neste seguimento, os indicadores apresentados foram aprovados pelos membros da Comissão, tendo Orlando Rodrigues evidenciado que estes poderão ser revistos sempre que se considerar pertinente. -----

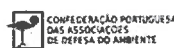
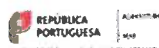
Após o exposto e deliberado, Hernâni Dias, presidente da CC, pediu aos membros presentes para se pronunciarem quanto à aprovação do Plano apresentado. Os membros da Comissão de Cogestão aprovaram por consenso o Plano de Atividades e Orçamento 2022 do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho. -----

Ponto 2. Comunicação externa do projeto (evento de apresentação pública e materiais de informação/divulgação); -----

O Presidente da Comissão apresentou uma proposta de convite para as sessões públicas de apresentação do Modelo de Cogestão, em Vinhais e em Bragança, a enviar a distintas entidades e individualidades. Sandra Sarmento e, posteriormente, com a concordância de todos os membros, propôs a alteração da fotografia. -----

Seguidamente, foi apresentado um folheto proposto e produzido pelo ICNF, com conteúdos transcritos do DL nº 116/2019, aplicável a todas as áreas protegidas de âmbito nacional, integrando, neste caso, a capa e uma página com informação e fotografias específicas do PNM. Simultaneamente, foi apresentada uma proposta de folheto da Câmara Municipal de Bragança com conteúdos, abordagem e conceito gráfico direcionados para a população do PNM. Isabel Freitas esclareceu que o folheto informativo proposto pelo ICNF foi elaborado na perspetiva de ser aplicável a todas as áreas protegidas, em que cada uma definiria a capa e uma página específica, e que foi analisado e aprovado pelo Grupo de Trabalho que acompanha este projeto a nível nacional e regional, em articulação com o Fundo Ambiental e o conjunto de cogestores das Áreas Protegidas, em data anterior à contratação da técnica de cogestão e constituição da comissão de cogestão do PNM. Seguiu-se um momento de discussão e de contributos de melhoria para as duas soluções, tendo os presentes concordado com a divulgação dos dois conceitos para públicos-alvo distintos. -----

Ponto 3. Outros assuntos. -----



Com o apoio:

FUNDO AMBIENTAL



O Presidente da Comissão questionou os membros presentes se pretendiam acrescentar algum assunto e, nesse seguimento, Isabel Freitas pediu a palavra, informando que no dia 30 de agosto, o Parque Natural de Montesinho vai marcar o seu aniversário com um “dia aberto”, para o qual propõe a realização de uma ação conjunta com as entidades da Comissão de Cogestão, tendo solicitado contributos a cada membro, de potenciais dinâmicas que se poderão realizar nesse dia. -----

Isabel Freitas continuou a sua intervenção, informando os presentes que recentemente enviou um email para a Técnica Márcia Moreno, propondo a organização conjunta da comemoração do Dia da Árvore, dando resposta a uma solicitação da coordenadora do programa Eco-Escolas da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, em Bragança. Nesta ação conjunta com a autarquia, o ICNF poderia contribuir com árvores para plantação e com uma visita a uma exposição nas suas instalações. À semelhança do que foi a resposta da Técnica ao email de Isabel Freitas, Hernâni Dias informou que foi tomada a decisão de não realizar a comemoração com a comunidade escolar do 1º CEB, por se considerar que ainda não estão reunidas as condições de saúde pública necessárias para juntar num mesmo espaço cerca de 400 crianças. O Município não vai deixar de marcar este dia, acrescentou o Presidente, contudo, vai realizar uma ação de plantação num local específico da cidade de Bragança, com voluntários do IPB e da autarquia. Isabel Freitas concluiu que não sendo possível a organização desta ação em conjunto com a Comissão de Cogestão no corrente ano, seria importante que no futuro o fosse. Sandra Sarmento interveio, referindo que compreende a decisão do Município e, desta forma, o ICNF vai dar resposta à solicitação com meios próprios. -----

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Comissão, dando conhecimento aos presentes que recebeu um ofício, dirigido ao Presidente da Comissão de Cogestão, com um pedido de apreciação do parecer favorável, mas condicionado, emitido pelo ICNF, para um corte extraordinário de arvoredo queimado no baldio de Vilarinho (Espinhosela, Bragança). Sandra Sarmento tomou a palavra, informando que o assunto está a ser tratado pelo ICNF, como autoridade de conservação da natureza, e que entrou já em contacto com o Presidente da Comunidade Local dos Baldios de Vilarinho, no sentido de o informar que se encontra em análise o pedido de reapreciação, cuja decisão terá em consideração o assunto apresentado e a legislação em vigor. Hernâni Dias interpelou a Diretora Regional no sentido de saber se dessa análise se prevê uma resposta favorável, dada a particularidade do assunto, designadamente, o corte e extração de material lenhoso queimado para posterior alienação, numa área, como descrito no ofício, “completamente ardida”, não condicionando a nidificação e reprodução de espécies nesse habitat. Sandra Sarmento reforçou que vai ser dada resposta no âmbito das competências do ICNF, tendo como limite a legislação em vigor.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Cogestão deu por encerrada a reunião pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão de Cogestão e pela Técnica do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho, Márcia Moreno que a secretariou.



(Presidente da Câmara Municipal de Bragança e Presidente da Comissão de Cogestão do PNM)



Com o apoio:

